STJ00114095

FLÁVIO
TARTUCE

MANUAL DE DIREITO CIVIL
VOLUME ÚNICO

12ª edição revista, atualizada e ampliada

gen | EDITORA MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *15.12.2021*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Fabricio Vale

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198m
Tartuce, Flávio

Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – 12. ed. – Rio de Janeiro, Forense; METODO, 2022.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-596-4311-0

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

21-74879 CDU: 347(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

Respeite o direito autoral

STJ00114095

SUMÁRIO

1. ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO 1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução 1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução) 2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução 7
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução 9
1.4.1 A analogia 11
1.4.2 Os costumes 13
1.4.3 Os princípios gerais de Direito 15
1.4.4 A equidade 19
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução 20
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado 25
1.7 Estudo das antinomias jurídicas 33
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. repercussões para o direito público 36

2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 43
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo 43
2.1.1 Direito Civil Constitucional 51
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais 55
2.1.3 O diálogo das fontes 58
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico 63
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural 63
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos 63
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro 65
2.2.3 Os incapazes no Código Civil de 2002 71

STJ00114095

2.2.3.1 Dos absolutamente incapazes 75
2.2.3.2 Dos relativamente incapazes 78
2.2.4 A emancipação 82
2.2.5 Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Novo Código de Processo Civil 84
2.2.6 O domicílio da pessoa natural 128
2.2.7 A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos 130
2.2.7.1 Morte real 130
2.2.7.2 Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação 131
2.2.7.3 Morte presumida com declaração de ausência 132
2.2.7.4 A comoriência 137
2.2.8 O estado civil da pessoa natural. Visão crítica 138
2.3 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica 143
2.3.1 Conceito de pessoa jurídica e suas classificações 143
2.3.2 Da pessoa jurídica de direito privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC 146
2.3.3 Modalidades de pessoa jurídica de direito privado e análise de suas regras específicas 153
2.3.3.1 Das associações 153
2.3.3.2 Das fundações particulares 160
2.3.3.3 Das sociedades 163
2.3.3.4 Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas 165
2.3.4 Do domicílio da pessoa jurídica de direito privado 166
2.3.5 Da extinção da pessoa jurídica de direito privado 167
2.3.6 Da desconsideração da personalidade jurídica 169
2.4 Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito 188
2.4.1 Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo 188
2.4.2 Principais classificações dos bens 193
2.4.2.1 Classificação quanto à tangibilidade 193
2.4.2.2 Classificação quanto à mobilidade 194
2.4.2.3 Classificação quanto à fungibilidade 196
2.4.2.4 Classificação quanto à consuntibilidade 196
2.4.2.5 Classificação quanto à divisibilidade 197
2.4.2.6 Classificação quanto à individualidade 197
2.4.2.7 Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados) 199
2.4.2.8 Classificação em relação ao titular do domínio 204
2.4.3 Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico 205

STJ00114095

2.4.3.1 Bem de família voluntário ou convencional 206
2.4.3.2 Bem de família legal 208
2.5 Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico 218
2.5.1 Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico 218
2.5.2 Classificações do negócio jurídico 223
2.5.3 Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Ponteana 225
2.5.3.1 Plano da existência 226
2.5.3.2 Plano da validade 227
2.5.3.3 Plano da eficácia 238
2.5.3.4 A Escada Ponteana e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, *caput*, do CC. Exemplos práticos 238
2.5.4 Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo 241
2.5.5 Vícios ou defeitos do negócio jurídico 247
2.5.5.1 Do erro e da ignorância 248
2.5.5.2 Do dolo 251
2.5.5.3 Da coação 254
2.5.5.4 Do estado de perigo 256
2.5.5.5 Da lesão 259
2.5.5.6 Da simulação. O enquadramento da reserva mental 262
2.5.5.7 Da fraude contra credores 268
2.5.6 Teoria das nulidades do negócio jurídico 278
2.5.6.1 Da inexistência do negócio jurídico 279
2.5.6.2 Da nulidade absoluta – negócio jurídico nulo 279
2.5.6.3 Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável 287
2.5.6.4 Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade) 293
2.6 Prescrição e decadência 294
2.6.1 Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência 294
2.6.2 Regras quanto à prescrição 296
2.6.3 Regras quanto à decadência 322
2.6.4 Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência 324

3. TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES 327
3.1 O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos 327
3.1.1 Elementos subjetivos da obrigação 330
3.1.2 Elemento objetivo ou material da obrigação 330
3.1.3 Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação 331
3.2 Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo 333
3.3 As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro 334

STJ00114095

3.4 Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional 335
3.4.1 Da promessa de recompensa 336
3.4.2 Da gestão de negócios 337
3.4.3 Do pagamento indevido 338
3.4.4 Do enriquecimento sem causa 340
3.5 Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002 344
3.5.1 Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação 344
3.5.1.1 Obrigação positiva de dar 344
3.5.1.2 Obrigação positiva de fazer 351
3.5.1.3 Obrigação negativa de não fazer 352
3.5.2 Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto 353
3.5.2.1 Obrigação simples 353
3.5.2.2 Obrigação composta 353
3.5.3 Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias 356
3.5.3.1 Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC) 356
3.5.3.2 Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC) 358
3.5.3.3 Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC) 363
3.5.4 Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional 370
3.6 O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento) 376
3.6.1 Primeiras palavras 376
3.6.2 Do pagamento direto 377
3.6.2.1 Elementos subjetivos do pagamento direto. O *solvens* e o *accipiens*. Quem paga e quem recebe 377
3.6.2.2 Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga 381
3.6.2.3 Do lugar do pagamento direto. Onde se paga 387
3.6.2.4 Do tempo do pagamento. Quando se paga 389
3.6.3 Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto 391
3.6.3.1 Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento) 391
3.6.3.2 Da imputação do pagamento 396
3.6.3.3 Do pagamento com sub-rogação 397
3.6.3.4 Da dação em pagamento 400
3.6.3.5 Da novação 402
3.6.3.6 Da compensação 406
3.6.3.7 Da confusão 410
3.6.3.8 Da remissão de dívidas 410
3.7 Da transmissão das obrigações 411

STJ00114095

3.7.1 Introdução ... 411
3.7.2 Da cessão de crédito ... 412
3.7.3 Da cessão de débito ou assunção de dívida ... 418
3.7.4 Da cessão de contrato ... 420
3.8 Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual ... 421
3.8.1 Modalidades de inadimplemento ... 421
3.8.2 Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora ... 424
3.8.3 Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação ... 430
3.8.4 Dos juros no Código Civil de 2002 ... 435
3.8.5 Da cláusula penal ... 442
3.8.6 Das arras ou sinal ... 455

4. RESPONSABILIDADE CIVIL ... 459
4.1 Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito ... 459
4.2 Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar ... 473
4.2.1 Primeiras palavras conceituais ... 473
4.2.2 Conduta humana ... 474
4.2.3 A culpa genérica ou *lato sensu* ... 476
4.2.3.1 O dolo ... 476
4.2.3.2 Da culpa estrita ou *stricto sensu* ... 476
4.2.4 O nexo de causalidade ... 482
4.2.5 Dano ou prejuízo ... 491
4.2.5.1 Danos patrimoniais ou materiais ... 492
4.2.5.2 Danos morais ... 495
4.2.5.3 Danos estéticos ... 513
4.2.5.4 Danos morais coletivos ... 516
4.2.5.5 Danos sociais ... 517
4.2.5.6 Danos por perda de uma chance ... 523
4.2.5.7 Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002 ... 527
4.3 A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva ... 531
4.3.1 Responsabilidade civil subjetiva ... 531
4.3.2 A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo ... 532
4.3.3 A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas ... 540
4.3.3.1 A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta ... 540

STJ00114095

4.3.3.2 A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal ... 547
4.3.3.3 A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção ... 549
4.3.3.4 A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento) ... 551
4.3.3.5 A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ... 551
4.4 Das excludentes do dever de indenizar ... 557
4.4.1 Da legítima defesa ... 557
4.4.2 Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente ... 558
4.4.3 Do exercício regular de direito ou das próprias funções ... 559
4.4.4 Das excludentes de nexo de causalidade ... 559
4.4.5 Da cláusula de não indenizar ... 560

5. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS ... 563
5.1 Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno ... 563
5.2 Principais classificações contratuais ... 566
5.2.1 Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas ... 566
5.2.2 Quanto ao sacrifício patrimonial das partes ... 567
5.2.3 Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato ... 567
5.2.4 Quanto aos riscos que envolvem a prestação ... 567
5.2.5 Quanto à previsão legal ... 568
5.2.6 Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo ... 569
5.2.7 Quanto à presença de formalidades ou solenidades ... 571
5.2.8 Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos ... 572
5.2.9 Quanto ao momento do cumprimento ... 575
5.2.10 Quanto à pessoalidade ... 575
5.2.11 Quanto à definitividade do negócio ... 575
5.3 Princípios contratuais no Código Civil de 2002 ... 576
5.3.1 Primeiras palavras ... 576
5.3.2 Princípio da autonomia privada ... 579
5.3.3 Princípio da função social dos contratos ... 584
5.3.4 Princípio da força obrigatória do contrato (*pacta sunt servanda*) ... 596
5.3.5 Princípio da boa-fé objetiva ... 598
5.3.6 Princípio da relatividade dos efeitos contratuais ... 618
5.4 A formação do contrato pelo Código Civil ... 621
5.4.1 Fase de negociações preliminares ou de puntuação ... 622
5.4.2 Fase de proposta, policitação ou oblação ... 624
5.4.3 Fase de contrato preliminar ... 627
5.4.4 Fase de contrato definitivo ... 630

STJ00114095

5.5 A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor ... 631
5.5.1 Primeiras palavras ... 631
5.5.2 A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002 ... 631
5.5.3 A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor ... 641
5.6 Os vícios redibitórios no Código Civil ... 644
5.7 A evicção ... 651
5.8 Extinção dos contratos ... 661
5.8.1 Extinção normal dos contratos ... 661
5.8.2 Extinção por fatos anteriores à celebração ... 661
5.8.3 Extinção por fatos posteriores à celebração ... 664
5.8.4 Extinção por morte de um dos contratantes ... 677

6. CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002) ... 679
6.1 Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC) ... 680
6.1.1 Conceito e natureza jurídica ... 680
6.1.2 Elementos constitutivos da compra e venda ... 682
6.1.3 A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato ... 685
6.1.4 Restrições à autonomia privada na compra e venda ... 688
6.1.4.1 Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC) ... 688
6.1.4.2 Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC) ... 692
6.1.4.3 Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC) ... 693
6.1.4.4 Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC) ... 695
6.1.5 Regras especiais da compra e venda ... 699
6.1.5.1 Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC) ... 699
6.1.5.2 Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC) ... 699
6.1.5.3 Venda por medida, por extensão ou *ad mensuram* (art. 500 do CC) ... 700
6.1.5.4 Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC) ... 702
6.1.6 Das cláusulas especiais da compra e venda ... 703
6.1.6.1 Cláusula de retrovenda ... 703
6.1.6.2 Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional ... 706
6.1.6.3 Cláusula de venda sobre documentos ... 709
6.1.6.4 Cláusula de venda com reserva de domínio ... 711
6.2 Da troca ou permuta (art. 533 do CC) ... 716
6.2.1 Conceito e natureza jurídica ... 716
6.2.2 Objeto do contrato e relação com a compra e venda ... 716
6.2.3 Troca entre ascendentes e descendentes ... 717

STJ00114095

6.3 Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) ... 718
6.3.1 Conceito e natureza jurídica ... 718
6.3.2 Efeitos e regras do contrato estimatório ... 719
6.4 Da doação (arts. 538 a 564 do CC) ... 720
6.4.1 Conceito e natureza jurídica ... 720
6.4.2 Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies ... 723
6.4.2.1 Doação remuneratória ... 723
6.4.2.2 Doação contemplativa ou meritória ... 724
6.4.2.3 Doação a nascituro ... 724
6.4.2.4 Doação sob forma de subvenção periódica ... 725
6.4.2.5 Doação em contemplação de casamento futuro ... 726
6.4.2.6 Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges ... 726
6.4.2.7 Doação com cláusula de reversão ... 729
6.4.2.8 Doação conjuntiva ... 730
6.4.2.9 Doação manual ... 731
6.4.2.10 Doação inoficiosa ... 731
6.4.2.11 Doação universal ... 734
6.4.2.12 Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice ... 736
6.4.2.13 Doação a entidade futura ... 737
6.4.2.14 Doação famélica ... 737
6.4.3 Da promessa de doação ... 738
6.4.4 Da revogação da doação ... 740
6.5 Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC) ... 743
6.5.1 Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação ... 743
6.5.2 Efeitos da locação regida pelo Código Civil ... 744
6.6 Do empréstimo. Comodato e mútuo ... 747
6.6.1 Introdução. Conceitos básicos ... 747
6.6.2 Do comodato (arts. 579 a 585 do CC) ... 747
6.6.3 Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC) ... 753
6.7 Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC) ... 758
6.7.1 Conceito e natureza jurídica ... 758
6.7.2 Regras da prestação de serviços no CC/2002 ... 758
6.8 Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC) ... 765
6.8.1 Conceito e natureza jurídica ... 765
6.8.2 Regras da empreitada no CC/2002 ... 766
6.9 Do depósito (arts. 627 a 652 do CC) ... 772
6.9.1 Conceito e natureza jurídica ... 772
6.9.2 Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional ... 774

STJ00114095

6.9.3 Do depósito necessário ... 776
6.9.4 Da prisão do depositário infiel ... 777
6.10 Do mandato (arts. 653 a 692 do CC) ... 779
6.10.1 Conceito e natureza jurídica ... 779
6.10.2 Principais classificações do mandato ... 783
6.10.3 Principais regras do mandato no CC/2002 ... 785
6.11 Da comissão (arts. 693 a 709 do CC) ... 792
6.12 Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC) ... 796
6.13 Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC) ... 799
6.14 Do transporte (arts. 730 a 756 do CC) ... 807
6.14.1 Conceito e natureza jurídica ... 807
6.14.2 Regras gerais do transporte no CC/2002 ... 808
6.14.3 Do transporte de pessoas ... 812
6.14.4 Do transporte de coisas ... 818
6.15 Do seguro (arts. 757 a 802 do CC) ... 821
6.15.1 Conceito e natureza jurídica ... 821
6.15.2 Regras gerais do seguro no CC/2002 ... 823
6.15.3 Do seguro de dano ... 835
6.15.4 Do seguro de pessoa ... 840
6.16 Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC) ... 845
6.17 Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC) ... 848
6.18 Da fiança (arts. 818 a 839 do CC) ... 850
6.18.1 Conceito e natureza jurídica ... 850
6.18.2 Efeitos e regras da fiança no CC/2002 ... 855
6.19 Da transação (arts. 840 a 850 do CC) ... 859
6.20 Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC) ... 863

7. DIREITO DAS COISAS ... 869
7.1 Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais ... 869
7.2 Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo ... 878
7.3 Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC) ... 882
7.3.1 Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse ... 882
7.3.2 Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos ... 887
7.3.3 Principais classificações da posse ... 890
7.3.4 Efeitos materiais e processuais da posse ... 895
7.3.4.1 Efeitos da posse quanto aos frutos ... 896
7.3.4.2 Efeitos da posse em relação às benfeitorias ... 897
7.3.4.3 Posse e responsabilidades ... 899

STJ00114095

7.3.4.4 Posse e usucapião. Primeira abordagem 900
7.3.4.5 Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios 901
7.3.4.6 A legítima defesa da posse e o desforço imediato 911
7.3.5 Formas de aquisição, transmissão e perda da posse 912
7.3.6 Composse ou compossessão 915
7.4 Da propriedade 917
7.4.1 Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos 917
7.4.2 Principais características do direito de propriedade 921
7.4.3 Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade 923
7.4.4 A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002) 932
7.4.5 Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária 940
7.4.6 Formas de aquisição da propriedade imóvel 942
7.4.6.1 Das acessões naturais e artificiais 943
7.4.6.2 Da usucapião de bens imóveis 951
7.4.6.2.1 Generalidades 951
7.4.6.2.2 Modalidades de usucapião de bens imóveis 956
7.4.6.2.3 Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil 971
7.4.6.2.4 A questão da usucapião de bens públicos 973
7.4.6.2.5 Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017 975
7.4.6.3 Do registro do título 979
7.4.6.4 Da sucessão hereditária de bens imóveis 981
7.4.7 Formas de aquisição da propriedade móvel 981
7.4.7.1 Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta 982
7.4.7.2 Da usucapião de bens móveis 984
7.4.7.3 Da especificação 986
7.4.7.4 Da confusão, da comistão e da adjunção 987
7.4.7.5 Da tradição 988
7.4.7.6 Da sucessão hereditária de bens móveis 990
7.4.8 Da perda da propriedade imóvel e móvel 990
7.4.9 Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária 994
7.5 Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019 1001
7.6 Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC) 1006
7.6.1 Conceitos básicos 1006

STJ00114095

7.6.2 Do uso anormal da propriedade 1007
7.6.3 Das árvores limítrofes 1010
7.6.4 Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações 1011
7.6.5 Das águas 1015
7.6.6 Do direito de tapagem e dos limites entre prédios 1020
7.6.7 Do direito de construir 1021
7.7 Do condomínio 1025
7.7.1 Conceito, estrutura jurídica e modalidades 1025
7.7.2 Do condomínio voluntário ou convencional 1027
7.7.3 Do condomínio necessário 1030
7.7.4 Do condomínio edilício 1030
7.7.4.1 Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício 1030
7.7.4.2 Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício 1042
7.7.4.3 Da administração do condomínio edilício 1056
7.7.4.4 Da extinção do condomínio edilício 1062
7.7.4.5 Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples 1062
7.7.4.6 A multipropriedade ou *time sharing*. Estudo da Lei 13.777/2018 1068
7.8 Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula) 1084
7.9 Dos direitos reais de gozo ou fruição 1093
7.9.1 Generalidades 1093
7.9.2 Da superfície 1094
7.9.3 Das servidões 1099
7.9.4 Do usufruto 1105
7.9.5 Do uso 1113
7.9.6 Da habitação 1115
7.9.7 Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007 1116
7.9.8 Do direito real de laje 1116
7.10 Dos direitos reais de garantia 1126
7.10.1 Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002 1126
7.10.2 Do penhor 1130
7.10.3 Da hipoteca 1137
7.10.4 Da anticrese 1149
7.10.5 Da alienação fiduciária em garantia 1150

8. DIREITO DE FAMÍLIA 1183
8.1 Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais 1183

STJ00114095

8.1.1 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988) 1185
8.1.2 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988) 1189
8.1.3 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC) 1190
8.1.4 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC) 1190
8.1.5 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC) 1191
8.1.6 Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, *caput*, da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC) 1192
8.1.7 Princípio da afetividade 1194
8.1.8 Princípio da função social da família (art. 226, *caput*, da CF/1988) 1197
8.1.9 Princípio da boa-fé objetiva 1197
8.2 Concepção constitucional de família 1203
8.3 Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC) 1205
8.3.1 Conceito, natureza jurídica e princípios 1205
8.3.2 Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento 1207
8.3.3 Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração 1217
8.3.3.1 Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC) 1220
8.3.3.2 Casamento nuncupativo (em viva voz) ou *in extremis vitae momentis*, ou *in articulo mortis* (art. 1.540 do CC) 1221
8.3.3.3 Casamento por procuração (art. 1.542 do CC) 1222
8.3.3.4 Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC) 1222
8.3.4 Da invalidade do casamento 1223
8.3.4.1 Esclarecimentos necessários 1223
8.3.4.2 Do casamento inexistente 1224
8.3.4.3 Do casamento nulo 1227
8.3.4.4 Do casamento anulável 1231
8.3.4.5 Do casamento putativo 1238
8.3.5 Provas do casamento 1238
8.3.6 Efeitos pessoais do casamento e seus deveres 1239
8.3.7 Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens 1242
8.3.7.1 Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens 1242
8.3.7.2 Regras gerais quanto ao regime de bens 1248
8.3.7.3 Regras quanto ao pacto antenupcial 1257
8.3.7.4 Regime de bens. Regras especiais 1260
8.3.8 Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio 1272

STJ00114095

8.3.8.1 Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015 1272
8.3.8.2 Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010 1291
8.3.8.2.1 O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato 1291
8.3.8.2.2 Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010 1293
8.3.8.2.3 A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto 1296
8.3.8.2.4 Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal 1300
8.3.8.2.5 A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010 1304
8.3.8.2.6 O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014) 1307
8.3.8.2.7 Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio 1328
8.4 Da união estável 1330
8.4.1 Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato 1330
8.4.2 Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável 1343
8.4.3 A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável 1351
8.5 Relações de parentesco 1357
8.5.1 Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC) 1357
8.5.2 Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC) 1361
8.5.3 Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC) 1383
8.5.3.1 Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos 1383
8.5.3.2 Reconhecimento voluntário ou perfilhação 1384
8.5.3.3 Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória 1386
8.5.4 Da adoção 1394
8.5.5 Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental 1404
8.6 Dos alimentos no Código Civil de 2002 1413
8.6.1 Conceito e pressupostos da obrigação alimentar 1413

STJ00114095

8.6.2 Características da obrigação de alimentos 1416
8.6.3 Principais classificações dos alimentos 1428
8.6.4 Extinção da obrigação de alimentos 1438
8.7 Da tutela e da curatela 1440
8.7.1 Primeiras palavras 1440
8.7.2 Da tutela 1444
8.7.3 Da curatela 1454

9. DIREITO DAS SUCESSÕES 1475
9.1 Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões 1475
9.2 Da herança e de sua administração 1482
9.3 Da herança jacente e da herança vacante 1486
9.4 Da vocação hereditária e os legitimados a suceder 1491
9.5 Da aceitação e renúncia da herança 1495
9.6 Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças 1502
9.7 Da ação de petição de herança 1505
9.8 Da sucessão legítima 1509
9.8.1 Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil 1509
9.8.2 Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (*Informativo* n. *864* da Corte) 1516
9.8.3 Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro 1526
9.8.4 Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente 1528
9.8.5 Da sucessão dos colaterais 1534
9.8.6 Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro 1535
9.8.7 Do direito de representação 1556
9.9. Da sucessão testamentária 1558
9.9.1 Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto 1558
9.9.2 Das modalidades ordinárias de testamento 1564
9.9.2.1 Do testamento público 1567
9.9.2.2 Do testamento cerrado 1570
9.9.2.3 Do testamento particular 1573
9.9.3 Das modalidades especiais de testamento 1578

STJ00114095

9.9.3.1 Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico 1578
9.9.3.2 Do testamento militar 1579
9.9.4 Do codicilo 1580
9.9.5 Das disposições testamentárias 1581
9.9.6 Dos legados 1589
9.9.6.1 Conceito e espécies 1589
9.9.6.2 Dos efeitos do legado e do seu pagamento 1591
9.9.6.3 Da caducidade dos legados 1592
9.9.7 Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários 1593
9.9.8 Das substituições testamentárias 1595
9.9.9 Da redução das disposições testamentárias 1598
9.9.10 Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade 1600
9.9.11 Do rompimento do testamento 1601
9.9.12 Do testamenteiro 1604
9.10 Do inventário e da partilha 1608
9.10.1 Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos 1608
9.10.1.1 Do inventário judicial 1610
9.10.1.1.1 Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum) 1611
9.10.1.1.2 Inventário judicial pelo rito sumário 1638
9.10.1.1.3 Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum 1641
9.10.1.2 Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública 1644
9.10.2 Da pena de sonegados 1653
9.10.3 Do pagamento das dívidas 1655
9.10.4 Da colação ou conferência 1657
9.10.5 Da redução das doações inoficiosas 1663
9.10.6 Da partilha 1665
9.10.6.1 Da partilha amigável ou extrajudicial 1666
9.10.6.2 Da partilha judicial 1667
9.10.6.3 Da partilha em vida 1673
9.10.7 Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção 1674
9.10.8 Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha 1675

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1679